



ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E A ACEITABILIDADE DOS ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL

Helder Cardoso Tavares¹; Patricia Michelly Macedo Elpidio²; Ana Carolina dos Santos Anjos³; Edna Karol Rodrigues de Araujo⁴; Ana Vaeline Patricio Braga⁴; Cristiane Diógenes Bandeira Bulhões⁵

Resumo: Fundado em 1955, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), objetivou atender as crianças pré-escolares e escolares da rede pública, escolas indígenas e quilombolas, combatendo grande parte das carências nutricionais durante o período escolar. Analisar a aceitabilidade que os alunos têm das refeições escolares, bem como a percepção dos pais e professores sobre a alimentação escolar na Zona Urbana da cidade de Barbalha-Ce. Estudo descritivo de abordagem qualitativa. Foi realizado com alunos, pais e professores da rede municipal de ensino. O instrumento utilizado foi um roteiro semiestruturado e para a análise dos dados qualitativos, utilizou-se a técnica segundo o agrupamento de estratégias para a análise do conteúdo de acordo com Bardin, a partir da qual foram formados os discursos-sínteses. Foram entrevistados (vinte) sujeitos, cinco professores, dez alunos e cinco pais, todos pertencentes ao município de Barbalha-CE, em estabelecimento de ensino público. Os professores têm entre 29 a 58 anos de idade, com renda de mais de um salário mínimo, sendo 80% do sexo feminino e 20% do sexo masculino, todos com ensino superior completo. Os alunos têm entre 7 a 12 anos, 70% do sexo feminino e 30% do sexo masculino, cursando o ensino fundamental. Já os pais têm entre 38 a 58 anos, com escolaridade máxima de ensino fundamental incompleto. Com base nos resultados obtidos, os participantes da pesquisa mostraram que percebem a importância da merenda escolar na vida dos alunos, afirmando que ela contribui para uma melhor qualidade de vida, inclusive favorecendo em um melhor aprendizado escolar.

Palavras-chave: Merenda escolar. Estudantes. Aprendizado.

SCHOOL FEEDING AND THE ACCEPTABILITY OF STUDENTS IN A MUNICIPAL PUBLIC SCHOOL

Abstract: Founded in 1955, the National School Feeding Program (PNAE) aimed at attending preschool and school children in the public schools, indigenous schools and quilombolas, fighting most of the nutritional deficiencies during the school period. To analyze the students' acceptability of school meals, as well as the perception of parents and teachers about school feeding in the Urban Zone of the city of Barbalha-CE. Descriptive study of a qualitative approach. It was carried out with students, parents and teachers of the municipal school network. The instrument used was

1. Residente em Saúde Coletiva, Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil.

2. Graduada em Nutrição, Faculdade de Juazeiro do Norte- FJN, Brasil.

3. Especialista em Segurança Alimentar e Controle de Qualidade Nutricional, Faculdade de Juazeiro do Norte- FJN, Brasil.

4. Especialista em Nutrição Clínica Ortomolecular, Biofuncional e Fitoterapia, Faculdade de Juazeiro do Norte- FJN, Brasil.

5. Mestre em Políticas Públicas com ênfase em saúde. Atenas College University, Estados Unidos.

Autor correspondente: heldercardoso17@hotmail.com.

a semi-structured script and for the analysis of qualitative data, the technique was used according to the grouping of strategies for content analysis according to Bardin, from which the discourses-synthesis were formed. Twenty subjects were interviewed, five teachers, ten students and five parents, all belonging to the municipality of Barbalha-CE, in a public school. Teachers are between 29 and 58 years of age, with incomes of more than one minimum wage, 80% female and 20% male, all of them with a complete higher education. Students are between 7 and 12 years old, 70% female and 30% male, attending elementary school. Already the parents are between 38 and 58 years old, with maximum education of incomplete elementary school. Based on the results obtained, the participants of the research showed that they perceive the importance of school meals in the life of the students, affirming that it contributes to a better quality of life, including favoring a better school learning.

Keywords: School meals. Students. Learning.

Introdução

Foi criado em 1955, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), focando em atender as crianças pré-escolares e escolares da rede pública, escolas indígenas e quilombolas (BRASIL, 2009a) no abastecimento de 20% a 70% das necessidades nutricionais ao longo do período Escolar, sendo apropriada em quantidade e qualidade, além de contribuir para atenuar a evasão, aumento da capacidade de aprendizagem e construção de hábitos alimentares saudáveis por ser um espaço social de convívio, produção e multiplicação de saberes (BASSO, 2007; BRASIL, 2005; LEAL et al., 2009; SAHOTA et al., 2001).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma atividade antiga do Governo Federal e permanente na área das políticas sociais brasileiras no âmbito da alimentação e nutrição, principalmente das escolares (SPINELLI, 2002; SPINELLI, 2004). Nesse Programa, ocorreu, em 10 anos, uma nova significação, no seu modelo de plano para promoção da alimentação saudável e adequada para exercer do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (VASCONCELOS, 2013; PEIXINHO, 2013).

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) determina que “o conjunto de ações de Promoção de Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) junto às outras atividades de promoção da saúde (PS), motivando escolhas transformadoras socialmente que contribuem a prosperidade dos indivíduos e comunidades” (BRASIL, 2012).

O Programa Merenda Escolar como é chamado popularmente é autorizado com Capital Federal, transferido mensalmente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

(FNDE) aos Estados, Municípios e Distrito Federal. A organização do PNAE é complexa por estarem imediatamente comprometidos no processo União, Estados, Municípios, Conselhos de Alimentação Escolar e estabelecimentos de ensino. O processo de descentralização do PNAE começou em 1993, por isso, Estados e Municípios percorreram muitos caminhos, criando espaços próprios na alimentação escolar do país. O programa tem se consolidado no modelo do direito humano a alimentação escolar, não atendendo apenas aos carentes e aos pobres. Os beneficiados atendidos diariamente em todo o Brasil ultrapassam 37 milhões de escolares (HENKES, 2015).

A inserção de parâmetros técnicos e operacionais para o gerenciamento da alimentação escolar por meio dos órgãos executores foi algo fundamental, principalmente entre 2003-2012 (VASCONCELOS, 2013; PEIXINHO, 2013), especialmente com a publicação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que garantiu novos avanços ao PNAE, expandindo os clientes atendidos, tornando a educação alimentar e nutricional como parte relevante do Programa, consolidando o controle social, bem como estimulando-o ao desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2009c).

A alimentação escolar é relevante ao desenvolvimento psicológico e físico do aluno, auxiliando-o em nos aspectos: social, econômico, intelectual, físico motor e afetivo emocional. Essas características de bem-estar contribuem para que o escolar tenha condições apropriadas para aprender, porque existe um número significativo de estudantes que precisam dessa merenda escolar, sendo acrescentado a sua refeição principal (FONSECA, 2015).

Frente ao exposto, os alunos da rede pública municipal de ensino são beneficiados pelo programa merenda escolar e dessa forma isso traz impacto nas suas vidas, uma vez que ao receberem nutrição de qualidade eles melhoram seu desempenho escolar e a saúde. Assim, é necessário saber a percepção dos estudantes, dos pais e professores a respeito da relevância desse programa governamental.

A realização desta pesquisa é resultado de observações no cotidiano sobre o efeito que a merenda escolar provoca na vida dos usuários, pois quando ocorre algum problema nessa transferência a rotina dos alunos é alterada. Dessa forma, o objetivo desse artigo foi analisar a aceitabilidade que os alunos têm das refeições escolares, bem como a percepção dos pais e professores sobre a alimentação escolar na Zona Urbana da cidade de Barbalha-Ce.

Método

A pesquisa é de abordagem qualitativa, que possibilita uma análise crítica e interpretativa a partir das percepções dos alunos, professores e pais de uma escola municipal de ensino sobre a

merenda escolar e o seu impacto na vida dos alunos. Os sujeitos que participaram dessa pesquisa são 20 participantes que frequentam uma escola da zona rural do município de Barbalha – CE em agosto de 2018. Com relação aos aspectos éticos e em conformidade com a Resolução nº 466/12 e a Resolução 510/16, do Conselho Nacional de Saúde, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Juazeiro do Norte sob o número: 2.729.501. Para garantir o anonimato e a confidencialidade, o nome dos sujeitos da pesquisa foi alterado, e foi iniciado após a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), bem como o Termo de Assentimento pelos sujeitos da pesquisa. A coleta de dados foi efetuada através de entrevistas semiestruturada, constituídas por seis perguntas abertas para os usuários. Estas foram gravadas e transcritas de forma íntegra. A análise foi efetuada a partir da metodologia qualitativa, com a aplicação de informações estudadas segundo o agrupamento de estratégias para a análise do conteúdo de Bardin (2006), que permitiu encontrar categorias.

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos foram organizados em duas partes: o perfil socioeconômico dos sujeitos da pesquisa. A segunda parte dos resultados foi composta por uma entrevista semiestruturada, onde foram transcritas os depoimentos dos sujeitos da pesquisa.

Foram entrevistados 20 (vinte) sujeitos, cinco professores, dez alunos e cinco pais, todos pertencentes ao município de Barbalha-CE, em estabelecimentos de ensino público. Os professores têm entre 29 a 58 anos de idade, com renda de mais de um salário mínimo, sendo 80% do sexo feminino e 20% do sexo masculino, todos com ensino superior completo. Os alunos têm entre 7 a 12 anos, 70% do sexo feminino e 30% do sexo masculino, cursando o ensino fundamental. Já os pais têm entre 38 a 58 anos, com escolaridade máxima de ensino fundamental incompleto.

Categorização das falas

Categoria - aceitabilidade dos alunos com relação a refeição servida

É importante adaptar a alimentação fornecida nas escolas aos costumes alimentares e tradições culturais dos estudantes, preparando refeições saborosas e atraentes e realizando atividades de educação nutricional que são indispensáveis à promoção de alternativas de

alimentos saudáveis, pois é necessário enfatizar que aceitação e adesão à alimentação escolar são temas associados (RAMOS, 2013; OLIVEIRA, 2012). É imprescindível o estímulo dos profissionais envolvidos para que esses resultados sejam alcançados (FERNANDES, 2014; OLIVEIRA, 2012), avaliando a aceitação da preparação (OLIVEIRA, 2012) e o desempenho do profissional de nutrição como responsável técnico pelo cumprimento do programa (MACHADO, 2013; BRASIL, 2013; FIGUEROA, 2017; OLIVEIRA, 2012).

Perceberam Martins et al. (2004), em escolas de Piracicaba-SP, uma aceitação alimentar regular na escolar, o que revela uma aceitabilidade elevada para algumas receitas (acima de 90%) e adesão muito baixa e diferenciada acerca das horas dessa alimentação ofertada, sendo que cerca de 80% dos alunos não aprovaram às refeições nos horários da entrada e 53% não aprovaram à refeição do intervalo.

Quando abordados sobre a aceitação da merenda escolar, os sujeitos apontaram que de modo geral, as crianças gostam bastante da merenda escolar, inclusive eles mesmos responderam que gostam bastante.

“No geral, quando observamos, a maioria gostam, e outros não gostam de alguns alimentos”. (Professor)

“A maioria dos alunos adora a merenda, outros que rejeitam por não gostar de alguns alimentos”. (Professor)

“Sim, porque ela faz as merenda muito boa e ela coloca muito pra mim é muito bom”. (Aluno)

“Sim, porque ela traz muita saúde para mim e os outros, eles dão muitas coisas boas”. (Aluno)

“Sim, porque eles chegam alegres em casa falando o que comeram e com energia”. (Pais)

Apesar dos participantes afirmarem que grande parte dos alunos gostam da merenda escolar, alguns deixam de comê-la, pois não aceitam certos alimentos ou mesmo sua preparação. Por isso é fundamental que haja testes de aceitabilidade para o reconhecimento do que é mais consumido.

Através de testes de aceitabilidade, os cardápios feitos regularmente, os alimentos ou as preparações novas devem ser analisados quanto à sua aprovação (BRASIL, 2009b, 2013). Para que crianças de quatro a cinco anos possam conseguir alterações definitivas em sua dieta vários são os fatores influenciam na aceitação de alimentos, como a ligação com a comida, resultado de experiências das crianças com cada alimento, sendo preciso o contato com um alimento específico

muitas vezes, com diferentes receitas (SULLIVAN; BIRCH, 1994; CERVATO-MANCUSO et al., 2013).

Um dos métodos para o controle da qualidade é o teste de aceitabilidade, pois levando em consideração a relevância da alimentação escolar, a aprovação ou a recusa de um certo alimento ou cardápio oferecido nas escolas são fatores que ao serem analisados através de procedimentos específicos, viabilizam julgar a qualidade da alimentação fornecida aos alunos (BRASIL, 2009b).

Aceitação a adesão à alimentação escolar podem sofrer interferência das diferenças culturais. Quando alimentação adequada é mencionada não podem ser esquecidas as tradições alimentares que são essenciais para o auto reconhecimento e a autoestima de cada conjunto social. Essa volta a valorizar dos alimentos locais e de ingestão de produtos pouco industrializados são o contrário do que às grandes indústrias preconizam, que é a globalização e a inserção de produtos iguais nos mercados em todo o mundo, gerando enfrentamento com a inclinação da população de usar crescentemente produtos de fácil preparação e que requerem uma atividade menor para cozinhar, sendo esses alimentos cada vez mais processados (NITZKE et al., 2012).

Dessa forma, além de aproximar a alimentação escolar com a agricultura familiar, os parâmetros legais do PNAE sugerem a melhoria de práticas alimentares mais saudáveis, respeitando à cultura alimentar, objetivando melhorar o cenário epidemiológico atual dos alunos (TEO; MONTEIRO, 2012).

Conclusão

Com base nos resultados obtidos, os participantes da pesquisa mostraram que percebem a importância da merenda escolar na vida dos alunos, afirmando que ela contribui para uma melhor qualidade de vida, inclusive favorecendo em um melhor aprendizado escolar. A merenda escolar está diretamente ligada à construção de hábitos saudáveis que continuarão pelo resto da vida, dessa forma, é necessário que continue sendo adotada práticas de aceitação alimentar bem como táticas para orientação nutricional com as crianças.

Para maior variabilidade do cardápio podem ser analisados fatores como: as diferenças culturais e regionais, frutas e verduras da estação, substituição de ingredientes ou alteração da sua quantidade na preparação.

Deve-se também buscar alimentos e orientar os colaboradores da cozinha dentro da promoção da segurança alimentar e controle de qualidade nutricional, para que dessa forma atendam às exigências de oferecer uma refeição realmente segura e dentro das recomendações do

PNAE.

Referências

BASSO, E. Prato cheio ou equilibrado? **Revista Páginas Abertas**. São Paulo, v. 32, n. 32, p. 22-28, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977). 2006

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução/CD/FNDE nº38, de 16 de julho de 2009**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 17/07/2009. Disponível em:<http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/3341-resolucao-cd-fnde-no-38-de-16-de-julho-de-2009?>. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4620-resolucaocd-fnde-no-26-de-17-de-junho-de-2013>. Acesso: 21 mai. 2016.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Relatório do Grupo de Trabalho: aplicabilidade do teste de aceitabilidade nos alimentos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília, 2009b. Disponível em: <[www.fnde.gov.br/alimentacaoescolar/relatoriogrupo tecnicotestes/ download](http://www.fnde.gov.br/alimentacaoescolar/relatoriogrupo tecnicotestes/download)>. Acesso em: 20 out. 2010.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-legislacao>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

_____. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de atenção básica. PNAN: Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/pnan2011.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2018.

_____. **Ministério da Educação. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 jun. 2009c. **Seção 1, p. 2**.

_____. **Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 jun. 2009a. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

_____. Ministério da Educação. Resolução CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Brasília, DF, 2009.

_____. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação Escolar. Brasília, DF, 2005**.

FERNANDES, A. G. S.; FONSECA, A. B. C.; SILVA, A. A. Alimentação escolar como espaço

para educação em saúde: percepção das merendeiras do município do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciências da Saúde Coletiva**. v. 19, n. 1, p. 39-48, 2014.

FIGUEROA PEDRAZA, D.; MELO, N. L. S.; SILVA, F. A.; ARAUJO, E. M. N. Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: revisão da literatura. **Ciências da Saúde Coletiva**. 2017.

FONSECA, A. N. G.; CARLOS, J. Merenda escolar: um estudo exploratório sobre a implementação do programa nacional de alimentação na escola – PNAE, na unidade integrada Padre Newton Pereira EM São Luís. **EDUCERE. XII Congresso Nacional de Educação**. ISSN 2176-1396. 2015.

HENKES, M. A merenda escolar: os caminhos do campo até a mesa. **Revista Eventos Pedagógicos Articulação universidade e escola nas ações do ensino de matemática e ciências**. v. 6, n. 2, p. 180-189, 2015.

LEAL, P. P.; Borges, T. P.; Pereira, C. H. C.; Pelizer, L. H.; Miranda, D. E. G. A. Avaliação das condições higiênicas sanitárias em duas cantinas de uma escola partícipulas na cidade de Franca. **Revista Simbio-Logias**. v. 2, n. 1, p. 231-245, 2009.

MACHADO, P. M. O.; MACHADO, M. S.; SCHMITZ, B. A. S.; CORSO, A. C. T.; GONZÁLEZ-CHICA, D. A.; VASCONCELOS, F. A. G. Caracterização do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Estado de Santa Catarina. **Revista de Nutrição**. v. 26, n. 6, p. 715-25, 2013.

MARTINS, R. C. B.; MEDEIROS, M. A. T.; RAGONHA, G. M.; OLBI, J. H.; SEGATTI, M. E. P.; OSELE, M. R. Aceitabilidade da alimentação escolar no ensino público fundamental. **Saúde em Revista**. v. 6, n. 13, p. 71-78, 2004.

MONTEIRO, C. A. Fome, Desnutrição e Pobreza: além da Semântica. **Saúde e Sociedade**. v. 12, n. 1, p. 7-11, 2003.

NITZKE, J. A.; THYS, R.; MARTINELLI, S.; OLIVEIRAS, L. Y.; AUGUSTO-RUIZ, W.; PENNA, N. G.; NOLL, I. B. Segurança alimentar: retorno às origens? **Brazilian Journal of Food Technology**. v. 15, p. 2-10, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S198167232012005000044>.

OLIVEIRA, M. C.; VASSIMON, H. S. Programa Nacional de Alimentação Escolar e sua aceitação pelos alunos: uma revisão sistemática. **Investigação**. v. 12, n. 1, p. 4-10, 2012.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do programa nacional de alimentação escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciências da Saúde Coletiva**. v. 18, n. 4, p. 909-16, 2013. doi: 10.1590/S1413-81232013000400002.

RAMOS, L.; SANTOS, L. A. S.; REIS, A. B. C. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. **Cadernos de Saúde Pública**. v. 29, n. 11, 2013.

SAHOTA P.; RUDOLF, M. C. J.; DIXEY, R.; BARTH, J. H. Evaluation of implementation and effect of primary school based intervention to reduce risk factors for obesity. **British Medical Journal**. Reino Unido, v. 323, p. 1-4, 2001. doi: <https://doi.org/10.1136/bmj.323.7320.1027>

SPINELLI M. A. S.; CANESQUI, A. M. O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979-1995). **Revista de Nutrição**. v. 15, n. 1, p. 105-17, 2002. doi: 10.1590/S1415-52732002000100011.

SPINELLI, M. A. S.; CANESQUI, A. M. Descentralização do programa de alimentação escolar em Cuiabá: 1993-1996. **Revista de Nutrição**. v. 17, n. 2, p. 151-65, 2004. doi: 10.1590/S1415-52732004000200002.

SULLIVAN, S. A.; BIRCH, L. L. Infant dietary experience and acceptance of solid foods. **Pediatrics**. v. 93, n. 2, p. 271-277, 1994. PMID:8121740.

TEO, C. R. P. A.; MONTEIRO, C. A. Marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e prática na aquisição de alimentos. **Revista de Nutrição**. v. 25, n. 5, p. 657-668, 2012.

VASCONCELOS, F. A. G. Programa nacional de alimentação escolar: limites e possibilidades para a garantia do direito humano à alimentação adequada, saudável e sustentável. **Ciências da Saúde Coletiva**. v. 18, n. 4, p. 906-6, 2013. doi: 10.1590/S1413-81232013000400001.

Submetido: 26 fevereiro 2019;

Aceito: 12 junho 2019